MACHADO CRONISTA: DIÁLOGOS DO COTIDIANO

THE CHRONICLER MACHADO: DAILY DIALOGUES

Marcos Hidemi Lima¹

Resumo: *Este artigo pretende analisar a faceta do cronista Machado de Assis, sobretudo nalguns textos desse gênero publicados na seção “Bons dias” (Gazeta de Notícias), entre os dias 5 de abril de 1888 a 26 de junho de 1888 durante os dias do processo de abolição, revelando ao leitor a ironia, a acidez corrosiva e a postura crítica de um escritor preocupado com a nova situação dos libertos face a uma sociedade que não os reconhecia como cidadãos ou como trabalhadores livres, ou seja, foi por intermédio da crônica que Machado encontrou uma de suas maneiras de expressar-se contra a mentalidade senhorial e escravocrata.*

Palavras-chave: *Machado de Assis, crônicas, “Bons dias”.*

Abstract: *This paper aims to analyze the facet of the chronicler Machado de Assis, especially in some texts of this genre published in his column “Bons dias” (Gazeta de Notícias), between April 5, 1888 to June 26, 1888, during the period of the abolition of slavery. In these texts, the reader finds a writer who is a master of irony, acidity and critical stance, a writer who is worried about the new situation of the freedmen, because he knew that society did not recognize them as citizens or as free laborers, that means Machado was found in his chronicles a way of expressing his opposition to the mentality of slave owners.*

Keywords: *Machado de Assis, chronicles, “Bons dias”.*

¹ **Marcos Hidemi Lima** (UTFPR- Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Professor de literatura brasileira da UTFPR, câmpus Pato Branco-PR, lotado no Departamento de Letras, no curso de Licenciatura em Letras (Português/Inglês) dessa instituição)

A crônica brasileira inicia-se em meados do século XIX, com Francisco Otaviano de Almeida Rosa, em folhetim, no *Jornal do Commercio* e no *Correio Mercantil*. José de Alencar, junto com Manuel Antônio de Almeida, sucede Francisco Otaviano no *Correio Mercantil* em 1854, e é na pena do autor de *Iracema* que a crônica passa a ser a compreendida como um tipo de escrita de “alta categoria intelectual”, de acordo com Afrânio Coutinho (2004, p.124). Há que se lembrar de que antes de ser propriamente crônica e adquirir esse espírito e originalidade brasileiros, esses textos de nossos escritores românticos eram intitulados folhetim, como assinala Antonio Candido, em “A vida ao rés-do-chão”:

Antes de ser crônica propriamente dita foi “folhetim”, ou seja, um artigo de rodapé sobre as questões do dia – políticas, sociais, artísticas, literárias. Assim eram os da secção ‘Ao correr da pena’, título significativo a cuja sombra José de Alencar escrevia semanalmente para o *Correio Mercantil*, de 1854 a 1855. Aos poucos o “folhetim” foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, encolheu francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho, até chegar ao que é hoje (1992, p. 15).

Vai ser, porém, com Machado de Assis que a crônica, efetivamente, passa a destacar-se porque o escritor dá ao gênero algumas das características modernas que ainda são marcantes nos textos de alguns cronistas atuais, como a pitada de humor e o sarcasmo, na abordagem de temas prosaicos e miúdos. A respeito desse Machado cronista, observa Davi Arrigucci Júnior (1987), em “Fragmentos sobre a crônica”:

Machado se afina pelo tom menor que será, daí para frente, o da crônica brasileira, voltada para as miudezas do cotidiano, onde acha a graça espontânea do povo, as fraturas expostas da vida social, a finura dos perfis psicológicos, o quadro de costumes, o ridículo de cada dia e até a poesia mais alta que chega alcançar, como em tantas de Rubem Braga (1987, p. 59).

Nos elementos destacados por Arrigucci Júnior, pode-se observar a preocupação do bruxo do Cosme Velho com assuntos cotidianos, tratados pelos jornais com sua habitual busca de imparcialidade, nos quais, sob ângulos variados, o escritor empreende a tentativa de percepção de aspectos menores que escapam ao papel dos jornalistas, obviamente mais empenhados com a notícia. Muitas vezes, Machado consegue obter dessas informa-

ções e dados sem importância algo que o aproxima ora da poesia, ora da conversa descompromissada, ora do comentário maldoso e irônico, etc.

Em “Ensaio e crônica”, um dos capítulos de *A literatura no Brasil*, Afrânio Coutinho insiste na necessidade de ter em mente essa relação existente entre a crônica e o jornalismo, sob pena de não ser possível reconhecer a crônica como um gênero literário ou mesmo manter acesa aquela vertente que acredita que ela não passe de arte menor. A esse comentário, Coutinho acrescenta que

A crônica, ligada à ideia da grande imprensa, como ficou dito, só vem a aparecer no Brasil com a feição que lhe é reconhecida hoje, nos meados do século XIX, quando os jornais evoluem para um tipo *sui generis* de empresa industrial. As crônicas de Machado de Assis já indicam a presença de cronistas categorizados que imitam o exemplo da imprensa inglesa (2004 p. 123).

Em nota preliminar a uma organização de crônicas, crítica, poesia e teatro de Machado de Assis, Massaud Moisés ressalta que a maior parte da obra machadiana compõe-se de crônicas, publicadas em vida ou postumamente. A esse comentário acrescenta o crítico que “Machado era tão medularmente cronista que seus contos e romances traem de modo flagrante esse pendor e esse hábito. São contos e romances de um cronista, isto é, dum escritor que tira das crônicas a matéria-prima de sua ficção” (1964, p. 12).

Tal informação é reveladora da carpintaria literária do escritor que foi aprimorando sua arte de escrever valendo-se da aparente facilidade de produzir diariamente crônicas. Na realidade só aparente, pois no cotidiano de cronista, Machado apurou a linguagem para obter uma limpidez suficiente para que o leitor dos jornais e revistas pudesse consumir seus escritos.

Esse poder de comunicação da crônica e o material artístico embutido nela foram aproveitados pelo escritor na composição de muitos de seus romances e contos. Por isso, é inegável que os leitores percebiam, com bastante frequência, certo ar de crônica que circula em muitos de seus contos e romances. Massaud Moisés alega que “sem o estudo das crônicas, o mais da obra machadiana conserva fechados alguns ‘segredos’” (1964, p. 12), ou seja, para a compreensão de sua produção ficcional, do naipe de romances tais como *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Memorial de Aires*, entre outros, a chave dalguns elementos fundamentais de apreensão plena dos significados só pode ser encontrada nas suas crônicas.

É com Machado de Assis que a crônica obtém um estatuto de maturidade literária, que ainda não gozava totalmente quando ele começou a publicar seus textos nas revistas e jornais. Demais, as crônicas machadianas tornaram-se o padrão de comparação para tudo que foi feito antes e depois dele. É recorrente a crítica comentar que determinado cronista é tão bom quanto Machado ou se aproxima do que produziu. Isso significa que ele – mesmo escrevendo algo tão fugaz como o gênero crônica – conseguiu a proeza de fazer tais tipos de escritos ultrapassarem o seu tempo.

Ao se pensar que grande número de crônicas está umbilicalmente atado ao momento em que foi produzido, perdendo o sabor e o interesse pouco tempo depois, salvo as exceções, por exemplo, de um Rubem Braga, de um Drummond, de um Veríssimo e mais alguns outros poucos, é extremamente surpreendente verificar que as crônicas machadianas mantêm-se atuais. Massaud Moisés explica isso da seguinte maneira:

A crônica, baseando-se nos acontecimentos diários, corrói-se com extrema facilidade, e tende a morrer com os acontecimentos que lhe dão causa. O resultado é o interesse muitíssimo circunstancial da crônica. Lida certo tempo depois, não consegue nem sugerir a atmosfera que deve ter cercado o seu aparecimento e o quanto os leitores contemporâneos a sentiram. Esse perigo não correm as crônicas de Machado de Assis, graças àquelas duas qualidades que caracterizam toda a sua obra literária, salvo algumas exceções: atualidade e universalidade. Tomando os acontecimentos somente como pretexto, para ter de onde partir, Machado constrói uma história ou tece um rol de considerações e de reflexões que os mesmos (sic) desencadeiam, mas colocados numa esfera que os suplanta e os torna permanentes. Machado vê no fato diário o eterno a se movimentar, o permanente que subjaz em todas as coisas e que só se mostra ao olhar exigente (1964, p. 13-14).

Observa-se, portanto, na crônica de Machado uma preocupação com o perene, ainda que se inspire e tire elementos de eventos e fatos da efemeridade do cotidiano. É óbvio que o escritor está atento à sua contemporaneidade, no entanto não descuida de escolher temas sobre os quais possa debruçar-se e, agudamente, perceber aspectos mais profundos e imutáveis da natureza e espírito humanos, em outras palavras, Machado “nos vai desvendando a própria alma, à custa de sondar a alma alheia” (MOISÉS, 1964, p. 14).

O humor, a ironia, o pessimismo e o sarcasmo desta “arte da desconversa” da crônica machadiana, de acordo com Arrigucci Júnior, ainda con-

tinuam bastante vivos, ainda que os eventos que lhe inspiraram tenham desaparecido de todo. Tal manutenção da curiosidade do leitor decorre da capacidade do cronista de destrinchar de fatos aparentemente banais certos meandros do comportamento humano, sobretudo ligados à esfera social e política, que existiam à sua época e permanecem nos dias atuais. A atualidade do folhetinista reside na sua preocupação com a história, e é preciso lembrar que as primeiras crônicas dos antigos historiadores possuíam esta preocupação em dispor cronologicamente os eventos históricos.

A preocupação demonstrada pelo Machado cronista pelos acontecimentos diários, pelas implicações que tais fatos repercutiam na sociedade, a tomada de posição do escritor em relação a esses eventos, demonstram um escritor antenado com seu tempo, a despeito de certa imagem (que os estudos vêm aos poucos desfazendo) de um Machado alheio a tudo. Em várias de suas crônicas, é possível constatar essa atitude interessada, levando alguns estudiosos a descobrirem uma faceta diferenciada daquela entrevista em *Memorial de Aires*, *Dom Casmurro*, *Esaú e Jacó*, entre outras produções romanescas.

Em *Machado de Assis: ficção e história* (1986), John Gledson, estudioso inglês da obra machadiana, efetua uma leitura alegórica dos eventos históricos existentes nas crônicas publicadas pelo escritor, sob a rubrica inicial “Bons dias!”, entre 1888 e 1889, na *Gazeta de Notícias*. Sobre esse trabalho de Gledson, Arrigucci Júnior tece alguns comentários:

Através delas [das crônicas], Gledson perscruta a aguda consciência histórica do grande escritor, demonstrando uma vez mais, na linha dos melhores estudos machadianos, o profundo interesse do autor pelas questões sociais e políticas de seu tempo. Mas não se limita a desfazer a velha opinião sobre a suposta indiferença de Machado com relação ao contexto histórico-social brasileiro, opinião essa quase sempre contrabalançada, aliás, pela insistência na visão universalista do homem que teria o escritor, pairando nas nuvens. Ao contrário, o crítico rastreia minuciosamente, com perícia de detetive, os traços da posição machadiana diante de fatos históricos decisivos como a Abolição, procurando descobri-los sob a forma oblíqua das crônicas, onde o comentário humorístico dos acontecimentos miúdos do dia a dia parece aludir a uma perspectiva geral do sentido histórico. Com isto, os pequenos fatos diários das crônicas adquirem uma ressonância alegórica que os resgata até certo ponto da pura contingência, transformando-os em índices de um processo mais amplo, como se fossem meios de se tatear sobre a verdade histórica (1987, p. 60-61).

A propósito, nesse estudo de Gledson, muitas dessas crônicas, que efetuam um diálogo permanente com o cotidiano do século XIX, oferecem uma visão totalmente diversa aos detratores de Machado, que têm insistido em difundir a ideia de que o escritor seria um homem alienado das questões que envolviam a escravidão, haja vista que em seus contos e romances reduzida é a presença do negro.

Ao se analisar a obra machadiana no que tange à abordagem de personagens descendentes de negros, tem-se a impressão que realmente o escritor nenhuma ou pouca atenção deu às preocupações abolicionistas correntes ou às relações interétnicas de sua época. Mais ainda: não há efetivamente nos romances machadianos a presença de heróis negros, e tal ausência tem servido de combustível para muitos críticos (Lúcia-Miguel Pereira e Augusto Meyer, entre outros), que veem o autor como um sujeito que se abstinha de discutir tais preocupações na conturbada sociedade brasileira na qual vivia.

Entretanto, sobre a falta de protagonistas negros na obra machadiana, é preciso levar em consideração o estatuto do negro à época em que o escritor produziu seus escritos. Ainda prevalecia a imagem do negro como ocupante da base da pirâmide social brasileira, sem sequer ter reconhecida sua humanidade, consequentemente impossibilitado de assumir-se como sujeito de sua própria história, tornando-o, portanto, inviável para adquirir um *status* literário.

Entretanto, justiça seja feita: o discreto Machado pode não ter sido um militante inflamado contra a escravidão, o que não invalida seu empenho como funcionário graduado do Ministério da Agricultura – órgão que tratava da política de terras e da aplicação da Lei do Ventre Livre (1871) – onde atuou em favor de escravos e de ex-cativos, bem como “fez seu papel de cidadão empenhado em fazer cumprir o preceito que libertava os filhos de escravos nascidos depois de 28 de setembro de 1871” (DUARTE, 2007, p. 10). Essa faceta do Machado de Assis burocrata, a atuar em favor da liberdade do cativo, pode ser confirmada na obra de Raimundo Magalhães Jr., intitulada *Machado de Assis desconhecido* (1957).

Além disso, muitas de suas crônicas espalhadas pelos diversos periódicos e revistas da época, assinadas pelos inúmeros pseudônimos que criou ao longo da vida – decerto uma estratégia de manutenção no mundo branco – trazem um Machado empenhado pela causa negra. E, afinal, para pôr um basta às infundadas acusações de absenteísmo e alheamento que ainda são impingidas a Machado, não se pode esquecer sua atuação como colunista, colaborador ativo e acionista da *Gazeta de Notícias*, um dos jornais

de grande circulação na Corte, o qual se caracterizava no claro posicionamento contrário à escravidão.

Não se deve, portanto, esperar desse Machado tímido e retraído um homem envolvido diretamente com as causas da abolição, agitando bandeiras em comícios, como se observava, por exemplo, no jornalista e tribuno negro José do Patrocínio, dado a atitudes espetaculares em relação à causa abolicionista. Na contramão de Patrocínio, valia-se o escritor da pena, fazendo circular pelos periódicos e revistas do Rio de Janeiro, em crônicas aparentemente inocentes, sua cáustica crítica contra a instituição do cativeiro. Dele disse acertadamente Magalhaes Jr. que “Machado de Assis não era homem para banalizar-se em tiradas de oratória popular, ou em assomos de panfletário. Tinha sua maneira pessoal e única de dizer as coisas. E as dizia” (1957, p. 164).

Esse jeito discreto de dizer as coisas torna o caso de Machado emblemático, porque as alusões à negritude e à escravidão ocorrem no seu texto por meio da sutileza, da ironia e da sátira, armas das quais lança mão o escritor para promover uma crítica contundente à classe senhorial, com o intuito de mostrar a anulação do negro pelo discurso escravagista do branco. Nas entrelinhas de seus textos, o escritor efetua esse discurso dissimulado, em que a pouca presença do negro assume a postura de que este esteja figurando como o ‘outro’, de modo a demonstrar o retrato da bancarrota dos donos do poder.

Infelizmente, ainda persiste no imaginário nacional o conceito do Machado branco e aburguesado, embranquecido socialmente e pouco afeito às questões sociais e aos dilemas de seus irmãos de cor, mesmo com as ações revisionistas, no âmbito histórico e literário, empreendidas desde a década de 1950, que redimensionaram não só sua obra como também sua figura humana. A imagem de homem de olhar atento a seu tempo foi sendo adquirida a partir das publicações esclarecedoras de Helen Caldwell (*O Otelô brasileiro de Machado de Assis*), R. Magalhães Júnior (*Machado de Assis desconhecido*), Michel Massa (*A juventude de Machado de Assis*), Sidney Chalhoub (*Machado de Assis historiador*), John Gledson (*Machado de Assis, ficção e história; Impostura e realismo*), Roberto Schwarz (*Um mestre na periferia do capitalismo; Ao vencedor as batatas*), Astrojildo Pereira (*Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*), Brito Broca (*Machado de Assis e a política*), Raymundo Faoro (*A pirâmide e o trapézio*), para ficar apenas nalguns dos principais estudiosos de sua vida e obra.

A transformação do menino mulato, pobre e epilético na enorme figura social e intelectual de seu tempo deixa entrever a necessidade do escritor

de ser, aparentemente, uma espécie de endossante do mundo branco da sociedade brasileira do século XIX, como maneira de ser aceito como um igual, como é possível depreender desses estudiosos que se debruçaram sobre Machado de Assis. Dessa necessidade camaleônica do bruxo de Cosme Velho surgiu a imagem, falsa, do escritor distanciado do meio de onde proveio e a ideia de homem socialmente embranquecido que denegou suas raízes afro-brasileiras.

Seus detratores acusam-no de obliterar a figura do negro na sua ampla produção literária, restringindo-se a reproduzir os modelos oriundos da tradição europeia nos seus romances, contos, poemas, traduções, nos quais vigoram a perspectiva da literatura e cultura universais: Dante, Shakespeare, Sterne, Flaubert, Gógol, Victor Hugo etc. Todavia, a ótica sobre o escritor tem se alterado ao longo do tempo. Ao percorrer caminho semelhante ao trilhado por Gledson, Eduardo de Assis Duarte, em *Machado de Assis afro-descendente*, comenta que “poucos atentam para o implacável crítico do regime escravista que se fazia presente onde a palavra do cidadão melhor atingia o público: a crônica jornalística” (2007, p. 253), ainda que o autor necessitasse ocultar-se por detrás de alguns pseudônimos.

É preciso levar em conta que era prática comum entre os escritores o uso de pseudônimo, uma vez que o ambiente do Império não era assim tão propício a comentários nem sempre agradáveis sobre a realidade de então. Machado de Assis não foi exceção, valeu-se de inúmeros codinomes, nos diversos órgãos de imprensa onde atuou. Sob relativo anonimato, pôde efetuar uma crítica mais acirrada contra os problemas socioeconômicos da época, entre eles o drama dos escravizados. No estudo acima citado, Duarte elenca alguns desses falsos nomes: “Lélio, na seção “Balas de Estalo”; João das Regras, em A+B; Malvólio, na “Gazeta de Holanda”; Boas Noites, na seção “Bons Dias”; Policarpo, em “Crônicas do Relojoeiro”; Dr. Semana, na “Semana Ilustrada”, e muitos outros” (2007, p. 254).

Muitas das crônicas publicadas, entre 1888 e 1889, na *Gazeta de notícias*, – jornal abolicionista do qual Machado era um dos acionistas – revelam a preocupação do escritor (ainda que figurando anonimamente como Boas Noites) com o problema da escravidão. Em *Machado de Assis: ficção e história*, Gledson observa que as crônicas agrupadas na seção “Bons Dias” constituem-se uma série, apanhando desde as questões prementes sobre a abolição até a formação do gabinete liberal, em junho de 1889. O sigilo pelo qual optou Machado explica-se pela contundência dos temas de suas crônicas, diretamente ligadas às discussões que havia naquele momento conturbado, sobretudo relacionadas às mudanças que se operariam com o

fim da escravidão e o consequente impacto social, cultural e econômico na sociedade patriarcal brasileira. Gledson salienta que estas crônicas

São textos de contundente sarcasmo, que assumem uma visão pessimista – pode-se imaginar que seriam chamadas de cínicas e negativas – sobre a Abolição (entre outras coisas). Se não chegam a ser subversivas, também não são crônicas amáveis; mas a verve cômica que as caracteriza também sugere que se tratou de algo além da simples obrigação jornalística. Machado tinha algo a dizer, e iniciou uma nova série com esse objetivo, aproveitando-se da liberdade extra proporcionada pelo anonimato (1986, p. 117).

Para esse estudioso de Machado, as crônicas escritas entre 5 de abril de 1888 a 26 de junho de 1888 têm como preocupação fundamental a abordagem de questões inerentes à prática escravagista, crônicas nas quais também fica evidente, pela ótica pessimista do bruxo do Cosme Velho, “que o fim da escravidão não traria as mudanças mais fundamentais desejadas pelos abolicionistas mais otimistas” (GLEDSON, 1986, p. 118-119), mas revelaria, na outra face perversa da moeda senhorial, os novos modelos de exploração do trabalho dos ex-cativos por uma estrutura social e econômica perniciosa.

De modo sucinto, destacam-se a seguir as preocupações com as questões abolicionistas nas crônicas escritas entre abril e junho de 1888, para enfim deter-se, com especial atenção, numa crônica em especial – a de 19 de maio – em que a verve, a ironia e o senso crítico do escritor evidenciam as futuras agruras dos libertos. Mais ou menos a um mês da abolição, na crônica de 5 de abril, Machado fazia a alusão a “um recente discurso proferido no Beethoven” (ASSIS, 2013) que, segundo interpretação de Gledson, relaciona-se a um comentário antecipado do Ministro da Justiça Antônio Ferreira Viana, que havia deixado “escapar a notícia que todos esperavam: a escravidão ia ser totalmente abolida, sem indenização aos proprietários” (GLEDSON, 1986, p. 118). Nesse mesmo texto, observa Machado, com sua peculiar ironia, que isso seria questão de tempo e dos acordos que se fazia dentro do governo para uma situação que se tornara insustentável:

O Partido Liberal, segundo li, estava encasacado e pronto para sair, com o relógio na mão, porque a hora pingava. Faltava-lhe só o chapéu, que seria o chapéu Dantas, ou o chapéu Saraiva (ambos da chapelaria Aristocrata); era só pô-lo na cabeça, e sair. Nisto passa o carro do paço com outra pessoa, e ele descobre que ou o seu relógio está adiantado, ou o de Sua Alteza é que se atrasara. Quem os porá de acordo? (ASSIS, 2013)

Cumprir perceber a alusão de Machado ao nome do liberal Sousa Dantas – cujo ministério havia apresentado, em 1884, proposta de emancipação dos escravos sexagenários, sem sucesso, porém, levando-o entregar o cargo do ministério a Dom Pedro II. Há também alusão ao nome do liberal José Antônio Saraiva – que sucedera o gabinete Dantas. No ano seguinte, no mandato de Saraiva, foi reapresentada a proposta sobre os sexagenários. A aprovação só foi obtida mediante concessões à pressão dos fazendeiros escravagistas, com o consequente aumento do prazo da emancipação para sessenta e cinco anos, a chamada Lei Saraiva-Cotegipe. Tal lei vinha a ser a derradeira tentativa de resistência da política pró-escravista do Barão de Cotegipe (em cujo governo a inócua lei foi aprovada) e dos barões do café ao fim da escravidão, instituição vergonhosa que até mesmo D. Pedro II estava de acordo que tivesse fim imediato.

Não se pode deixar de salientar que o Conselheiro Dantas chegou a apresentar, em 1887, um projeto abolicionista que previa a oferta de assentamento dos libertos em terras próximas às estradas. Obviamente, não houve aprovação de sua medida, devido a seu caráter francamente indenizatório, que ia de encontro à atmosfera reinante de que deveria ser o proprietário o sujeito a ser indenizado. Acabou vigorando a lei de 13 de maio do ano seguinte, sem avanços representativos para a massa dos ex-escravos, mas que estava de acordo com os desejos do Partido Conservador, que representava o governo.

A despeito de considerações sobre sua real eficácia no cotidiano dos escravos, na crônica de 4 de maio, o comentário do cronista de “Bons dias” tratava sobre “o anúncio da lei da abolição” (ASSIS, 2013) – clara evidência de que não havia mais nada que pudesse evitar a libertação dos cativos. Na semana seguinte, em 11 de maio, dois dias antes da lei assinada pela princesa Isabel, Machado transforma-se num tipo de narrador distante e superior que comenta em sua crônica sobre as “alforrias em massa dos últimos dias, essas alforrias *incondicionais*, que vêm cair como estrelas no meio da discussão da lei da abolição” (ASSIS, 2013, grifo do autor). Não deixa o cronista, porém, de pilheriar sobre a sanha dos fazendeiros em transformar escravos fugidos ou recém-alforriados em assalariados. O escritor demonstrava, nessa crônica, sua preocupação com questões como cidadania e direitos trabalhistas que deixavam de ser discutidas juntamente com o processo da abolição.

Na semana seguinte, na crônica do dia 19 de maio, era a vez da história de Pancrácio, o jovem recém-liberto que, embora alforriado, continuava a receber maus tratos do ex-dono. O texto servia para ilustrar a hipocrisia

ainda reinante quando o assunto era a libertação dos escravos. Além disso, punha o dedo na ferida do processo abolicionista, pois mostrava que a mudança falseadora da condição de servo para o estatuto de trabalhador não tão livre como se supunha. Afinal, nas entrelinhas da narrativa machadiana, fica evidente que permanecia a velha mentalidade escravocrata e senhorial como elemento intermediador entre as duas partes. No sarcasmo emprestado ao texto, fica evidente que Pancrácio seria mal remunerado e permaneceria trabalhando anos a fio para seu ex-senhor, mudado doravante para a figura de patrão.

Em 1º de junho, a crônica machadiana detém-se sobre as festas abolicionistas e a narrativa recria uma cena à hora do almoço. No decorrer da refeição, vários sujeitos queixam-se que não tinham visto seus nomes ligados ao trabalho pela abolição. Há na crônica puro sarcasmo de Machado, deixando evidente a hipocrisia reinante entre algumas pessoas que não queriam perder a oportunidade de figurar de qualquer maneira na data histórica que, apesar de todas as falhas, representava o fim da instituição do cativeiro no Brasil.

Na crônica de 16 de junho, em forma de requerimento de licença de trabalho, o requerente alega: “Nem eu sou da classe da maior parte de tais companheiros, verdadeira plebe, para quem uma lei de Treze de Maio seria a morte da lavoura (do pensamento);...” (ASSIS, 2013). Para a compreensão do pequeno trecho citado, faz-se necessário transferir esse comentário da esfera do serviço público para a nova ordem instaurada com a abolição. Interessante observar que o requerente faça alusão à Lei Áurea, no sentido que muitos a compreendiam, isto é, uma lei que punha a perder as atividades agrícolas, um verdadeiro golpe contra a economia do país.

Enfim, na crônica de 26 de junho, Machado alude a *Almas Mortas*, ao criar história semelhante àquela do romance de Gógol. Na narrativa do cronista, é inventado um sujeito, ao mesmo tempo cínico e espertalhão, que logo após a abolição pretende “comprar libertos” (ASSIS, 2013), ou melhor, somente pretende ter a posse dos cativos com “a escritura de venda... data[da] de 29 de abril” (ASSIS, 2013). Sua pretensão é, futuramente, ganhar dinheiro do Estado com indenização dos escravos que haviam sido libertados e que supostamente lhe pertenciam antes da assinatura da lei que punha fim à escravidão. Como se observa pelo tom de ironia presente no texto, ainda era bastante corrente a ideia de que os proprietários haviam sido lesados com a lei de 13 de maio, merecendo, portanto, a compensação monetária pela perda de seus escravos.

Entre todas essas crônicas escritas no calor dos acontecimentos da abolição, a de 19 de maio possui qualidades que a faz ultrapassar seu tempo e continuar viva e incômoda, mesmo nos dias atuais. Repõe o dedo na feri-

da da costura mal feita da Lei Áurea, incapaz de oferecer indenização aos libertos, sua inserção na sociedade, bem como uma legislação trabalhista que lhes evitasse a exploração no mercado de trabalho. Não significa que as outras que abordam o período não sejam bastante representativas, que não contem com a acuidade de espírito do escritor para imprimir nelas, simultaneamente, a leveza do assunto e a seriedade do momento. Entretanto, a crônica em questão apresenta aquela qualidade que cativa qualquer leitor da literatura machadiana: um aparente quê de desapego naquilo que se escreve, mas que esconde nas suas entrelinhas uma verve que nossa vã filosofia não pode imaginar e a percepção crítica do momento da mudança da situação de escravo para uma situação análoga, disfarçada de trabalho livre com baixíssimos salários.

Nesse texto publicado uma semana depois da Lei Áurea, a ironia machadiana se volta contra a ideia equivocada de que abolição bania todos os males como que num passe de mágica. Nesse texto, o narrador encarna um sujeito que, alguns dias antes de 13 de maio, alforria Pancrácio, “o molecote que tinha” (DUARTE, 2007, p. 51) não como uma ação humanitária, mas só para dela auferir o elogio dos demais e por pura vaidade. Além disso, a ação do suposto benfeitor nada tem de desinteressada, o objetivo é aplinar seu caminho para ingressar na política, como se depreende da leitura do último parágrafo da crônica: “O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes de abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia” (ASSIS, 2013).

Na contramão desse discurso, os castigos continuam, e mesmo o salário proposto pelo benfeitor é irrisório, mostrando que Machado tinha consciência dos percalços que os ex-escravos passariam na transição da escravidão para o trabalho assalariado. É evidente, não podendo deixar de ser levado em consideração, que o escritor percebia que a instituição do cativo contra a qual lutou – sem ter que recorrer para o panfletarismo ou para o discurso aberto – era uma cultura de tal maneira arraigada na sociedade brasileira que demoraria a ser extirpada, até resultar na igualdade das pessoas.

Aqui, vale a pena um parêntesis sobre a temática escravidão, liberdade e hipocrisia senhorial que se repete, por analogia, numa crônica mais antiga do autor de *Dom Casmurro*. Em crônica publicada em 15 de junho de 1877, numa coluna intitulada “História dos quinze dias”, na *Ilustração brasileira*, Machado narra a história de um ato desinteressado do “incógnito benfeitor das órfãs da Santa Casa, o que deu 20:000\$000, sem dar o seu nome” (ASSIS, 2013) e a de outro sujeito, dono de uma escrava sexagenária chamada Clarimunda:

E saiba agora o leitor que o ato do benfeitor da Santa Casa inspirou a um amigo meu um ato bonito.

Tinha ele uma escrava de 65 anos, que já lhe havia dado a ganhar sete ou oito vezes o custo. Fez anos e lembrou-se de libertar a escrava... de graça. De graça! Já isto é gentil. Ora, como só a mão direita soube do caso (a esquerda ignorou-o), travou da pena, molhou-a no tinteiro e escreveu uma notícia singela para os jornais indicando o fato, o nome da preta, o seu nome, o motivo do benefício, e este único comentário: “Ações desta merecem todo o louvor das almas bem formadas.” (ASSIS, 2013)

Em *Machado de Assis desconhecido*, Raimundo Magalhães Jr. comenta que essa crônica “serve para distinguir entre a verdadeira e a falsa benemerência. É ainda um caso de tartufismo que o escritor fustiga, moralizando à sua maneira, isto é, sem fazê-lo expressamente, preferindo a parábola, que deixa a conclusão ao espírito do leitor” (1957, p. 163). Tanto o falso benfeitor da crônica de 1876 quanto o da de 1888 assemelham-se. Ambos fazem a alforria com a finalidade de obter a aprovação pública: o primeiro desfazia-se da velha escrava “como de um trambolho” (MAGALHÃES JR., 1957, p. 164), dando publicidade ao ato; o proprietário de Pancrácio põe-se a vangloriar de sua ação antecipadora (alforria o rapaz em 7 de maio), imaginando que, por conta do que julga um grande feito, “estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo” (DUARTE, 2007, p. 52). Para os dois senhores, o Machado cronista reserva sua cáustica ironia, deixando nas entrelinhas do texto um olhar piedoso para Clarimunda e Pancrácio, vítimas, em tempos diferentes, da hipocrisia de seus donos.

Como observa Gledson, embora Machado valha-se de um gênero considerado menor, o cronista consegue transmitir sua consciência da relatividade de uma abolição que acabou revelando-se inócua da maneira como foi efetuada. Duarte destaca que “a menos de uma semana da vigência da nova lei, o escritor já aponta para a nova forma de submetimento, espécie de escravismo sem escravidão, que marcará por muito tempo ainda o longo *day after* da Lei Áurea” (2007, p. 259). Nesse texto de 19 de maio está presente tanto a ironia mordaz quanto a fixação de uma espécie de mentalidade social:

a cena, o caráter do escravo ignorante, quatro polegadas mais alto que seu patrão e, como se imagina, capaz de devolver em dobro os “petelecos” que ele tem o hábito de lhe dar, a lógica distorcida: “Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos”; tudo contribui para um senso de hilaridade, escândalo

e esclarecimento, que resultam de alguns dos melhores escritos de Machado. Outra vez, embora agora em nível pessoal, a abolição é uma questão muito relativa” (1986, p. 126).

Os comentários no rodapé da página feitos por Duarte para essa crônica são bastante interessantes e esclarecedores sobre alguns elementos desse texto machadiano, ao comparar o narrador da crônica com Brás Cubas: “senhor de escravos cínico, oportunista e sedento de notoriedade” (2007, p. 51), escondido sob a capa da conveniência e da filantropia. Acrescenta o estudioso que:

O nome do escravo remete ao adolescente Pancrácio, um dos mártires e primeiros santos do catolicismo, torturado e decapitado no dia 12 de maio (!) do ano 304, por ordem do imperador Diocleciano. Na Espanha, São Pancrácio é considerado o padroeiro dos trabalhadores. O campo semântico do nome está ainda vinculado ao substantivo grego *pankrátion*, que designava uma espécie de luta livre, considerada a modalidade mais violenta do atletismo grego, em que se permitia o uso de mãos e pés a fim de vencer o adversário. Escusado dizer que, em sua conformação fonética no português, o nome está em consonância com “pancada”... Sua escolha, portanto, nada tem de casual ou inocente (2007, p. 51-52).

Duarte elenca outra informação relativa ao valor proposto – ordenado mensal de “uns seis mil réis” (ASSIS, 2013) – pelo senhor ao ex-escravo Pancrácio. O salário é considerado ínfimo, levando em consideração que “Gledson (1990:63) afirma que, à época, uma camisa comum ‘custava 3 mil-réis’ e o ‘aluguel de uma casa de duas salas, dois quartos, cozinha e quintal, por mês, 35 mil-réis” (ASSIS, 2007, p. 53). Tais observações permitem perceber que a integração dos libertos à sociedade de classes passaria por grandes dificuldades financeiras, noutras palavras, haveria a permanência dos aviltamentos, só que desta feita sob a capa hipócrita do trabalho livre.

Somente para ilustrar como o fato contado por Machado na crônica era comum, tal falseamento da liberdade na esfera privada pode também ser avaliado no seu romance *Memorial de Aires* (1908), no qual se descreve a atitude do Barão de Santa-Pia em libertar seus escravos porque a ele apenas competia usar “de um direito que só pertence ao proprietário” (ASSIS, 2000, p. 36). E o Barão concede a alforria na certeza de que “poucos deles deixarão a fazenda; a maior parte ficará comigo, ganhando o salário que

lhe vou marcar, e alguns até sem nada, – pelo gosto de morrer onde nasceram (ASSIS, 2000, p. 37). Como se percebe, a interferência do Estado na questão da escravidão era tida como uma situação absurda pela classe senhorial. Fica, pois, evidente que, nos fatos apresentados pela crônica de Machado, a proposta recebida por Pancrácio, infelizmente, representava a mentalidade da época.

Observa-se nessa crônica de 19 de maio de 1888 – não retirando a importância das outras que foram escritas sob o signo da preocupação com a abolição e seus resultados práticos, entre abril e junho de 1888 – certo ar de descrença, por parte do Machado cronista, relativo a alguma ação de efetiva integração do negro alforriado na ordem do trabalho livre. Eis escondida sob a capa da ironia, do dito espirituoso e do pessimismo a intuição do Machado envolvido com a causa negra: não bastava apenas libertar o escravo mantendo-o na mais pura miséria material. Isso representava o mínimo que devia ser feito, mas ficava a léguas de distância do que havia de esperançosas expectativas no ar.

Como se percebe nas crônicas machadianas do período comentado e, sobretudo, a de 19 de maio, as circunstâncias já davam como certo a necessidade de acabar com a escravidão, pois era insustentável, moral e economicamente, a manutenção do estatuto do cativo no país. Faltou, todavia, maior grandeza ética ao gesto. Era necessário oferecer ao recém-liberto estatuto de cidadania que o permitisse quebrar os grilhões da pior herança que séculos de escravidão legou ao Brasil: uma cultura que àquela época, e ainda hoje, persiste em enxergar o afrodescendente como um ser inferiorizado, uma pessoa a quem cabe a categoria de cidadão de segunda classe, submetido a humilhação, na esfera do trabalho por exemplo, de não ser remunerado como outro qualquer. E o personagem Pancrácio serviu como a mão à luva para retratar fielmente o desencanto de Machado, pois a sujeição, disfarçada de trabalho livre, permaneceu viva.

Demais, cumpre destacar que nessa crônica de 19 de maio em especial, sem demérito das demais que foram aqui apresentadas de modo sumário, Machado apresenta seu aguçado “instinto de nacionalidade”, ou seja, nela o bruxo do Cosme Velho exercita a análise e observação da realidade brasileira num dado aparentemente corriqueiro – o rapazola recém-liberto que continuará a ser explorado como escravo – mas que adquire, por causa do incômodo que produz no leitor, uma dimensão de percepção crítica de uma sociedade que se comportava hipocritamente.

Ainda que o meio de divulgação que emprega o escritor seja o fino tecido da crônica, oblíqua e dissimulada tessitura fadada a se esgarçar ra-

pidamente, esse texto sobre Pancrácio, assim como tantos outros que apanhavam no efêmero do cotidiano seu assunto, contraria aquilo que o Machado de vinte anos de idade dizia sobre a sobrevivência da crônica – então chamada de folhetim e tido como influência francesa: “Uma das plantas europeias que dificilmente se têm aclimatado entre nós, é o folhetinista” (ASSIS, 2013). Isso era afirmado na crônica intitulada “O folhetinista”, publicada em 30 de outubro de 1859, no *O espelho*, quando o escritor passara a produzir regularmente nesse gênero.

Na mesma crônica, Machado concluía que “Escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil” (ASSIS, 2013), acrescentando que o gênero “podia bem tomar mais cor local. Faria assim menos mal à independência do espírito nacional, tão preso a essas imitações, a esses arremedos, a esse suicídio de originalidade e iniciativa” (ASSIS, 2013). Cerca de trinta anos mais tarde, escrevendo em plena ebulição abolicionista, o escritor desmentia seu próprio prognóstico quanto à crônica: conseguia transformá-la num gênero respeitável, com nítida ênfase na “cor local” – no caso específico aqui tratado, a situação aviltante dos libertos – e ao mesmo tempo um tipo de texto genuinamente brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. Fragmentos sobre a crônica. In: _____. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ASSIS, Machado. “Bons Dias”. Disponível em: <http://www.machadodeassis.ufsc.br/obras/cronicas/CRONICA,%20Bons%20dias,%201888.html>

Arquivo acessado em 08 ago. 2013.

_____. Crônica de 15 de junho de 1877 (I). *Histórias de quinze dias*. Disponível em: <http://www.machadodeassis.ufsc.br/obras/cronicas/CRONICA,%20Historia%20de%20quinze%20dias,%201876.htm>

Arquivo acessado em 15 ago. 2013.

_____. O folhetinista. *Dispersas: aquarelas*. Disponível em: <http://www.machadodeassis.ufsc.br/obras/cronicas/CRONICA,%20Aquarelas,%201859.htm>

Arquivo acessado em 22 ago. 2013.

_____. *Memorial de Aires*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: _____. *et al. A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro, Ed. da UNICAMP: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: COUTINHO, Afrânio; COUTINHO, Eduardo de Faria. *A literatura no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Global, 2004, v. 6.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Tradução de Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). 2. ed. *Machado de Assis afro-descendente: escritos de caramujo* [antologia]. Rio de Janeiro: Pallas; Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

MAGALHÃES JR., Raimundo. Machado de Assis e a abolição. In: _____. *Machado de Assis desconhecido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

MOISÉS, Massaud (Org.). *Crônicas, crítica, poesia, teatro: Machado de Assis*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1964.

Recebido em 26/08/2013. Aceito em: 19/10/2013.